

**HABEAS CORPUS Nº 494.124 - ES (2019/0046960-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : WANDERSON OMAR SIMON  
**ADVOGADO** : WANDERSON OMAR SIMON - ES018630  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : BRUNO LOPES OLIVEIRA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de **Bruno Lopes Oliveira**, apontando-se como autoridade coatora a Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (Apelação Criminal n. 0003754-21.2015.8.08.0035).

Narram os autos que o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vila Velha/ES condenou o paciente, juntamente com outros corréus, a 11 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso nos arts. 33, *caput* e 35, ambos c/c art. 40, VI, todos da Lei n. 11.343/2006.

À apelação criminal defensiva o Tribunal estadual negou provimento. Opostos embargos de declaração, foram eles improvidos.

Daí o presente *mandamus*, em que o impetrante sustenta, em síntese, ilegalidade na dosimetria.

Destaca que as circunstâncias judiciais foram erroneamente valoradas, que o paciente faz jus à atenuante da menoridade penal e à causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33 da Lei de Drogas.

Requer, inclusive liminarmente, *o redimensionamento das penas atribuídas aos crimes do art. 33 c/c art. 40, VI, e art. 35, c/c art. 40, VI, ambos da Lei 11.343/06, para o mínimo legal, ou, subsidiariamente, para próximo do mínimo legal, ante os equívocos apontados na primeira fase da dosimetria da pena em relação às consequências do crime, e ainda, ante a ausência de*

*reconhecimento da atenuante da menoridade relativa (art. 61, I, CP) na segunda fase da dosimetria, bem como em razão do indevido afastamento da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, da Lei 11.343/06 e a injustificada imposição da causa de aumento de pena do art. 40, VI, da Lei 11343/06 na terceira fase da dosimetria da pena (fl. 8).*

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

No caso, o constrangimento não se mostra com a nitidez imprimida na inicial, estando a exigir um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo do *writ*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça e ao Juízo de primeiro grau acerca da atual situação do paciente, noticiando, inclusive, se a condenação já transitou em julgado.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator